



O que o governo Dilma fez (e não fez) pela demarcação de Terras Indígenas?

ISA - 01.06.2016

O governo da presidenta afastada Dilma Rousseff é frequentemente criticado por ser um dos que menos fez, nos últimos 30 anos, pelos assentamentos de reforma agrária e as áreas protegidas – Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas.

[+ leia mais](#)

STF nega seguimento a Mandado de Segurança contra demarcação da Terra Indígena Morro dos Cavalos em SC

STF – 01.06.2016

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento ao Mandado de Segurança (MS) 32709, impetrado por proprietários rurais contra o decreto homologatório de demarcação da Terra Indígena Morro dos Cavalos, em Santa Catarina, em favor de índios Guarani Nhandéva e Guarani Mbyá.

[+ leia mais](#)

Nova lei estadual ameaça milhares de espécies de peixes em rios da Amazônia

Amazônia - 01.06.2016

Milhares de espécies de peixes que habitam os rios amazônicos podem estar com seus dias contados. Sem realizar consultas a órgãos federais, instituições ligadas ao meio ambiente ou mesmo à população, o governo do Amazonas decidiu sancionar uma lei que permite a criação de peixes não nativos em rios que cortam o Estado do Amazonas.

[+ leia mais](#)

Ex-presidente da Funai cai do cavalo

IHU On-Line - 01.06.2016

“Quando algum raio cai sobre os ministérios, é certo que atingiu algum ministro. O alto escalão do poder se agita e vomita os envolvidos em corrupção. Quem sabe a ética e a justiça tenham guarida na sofrida situação de incertezas e malvadezas. Os sobreviventes contarão a história”, escreve Egon Heck, do secretariado nacional do Conselho Indigenista Missionário –CIMI, ao enviar o artigo que publicamos a seguir.

[+ leia mais](#)





Incra redefine área de cinco assentamentos no Oeste do Pará

Incra - 01.06.2016

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Oeste do Pará, por meio de resoluções, redefiniu a área dos projetos dos assentamentos São Benedito, Paraíso, Rio Cupari – de modalidade convencional -, Três Ilhas e Montanha e Mangabal – agroextrativistas -, que incidem sobre os municípios de Itaituba, Rurópolis, Aveiro e Óbidos.

[+ leia mais](#)

Indigenistas querem evitar que governo Temer revogue demarcações

IHU On-Line - 01.06.2016

O afastamento de Dilma Rousseff da Presidência provocou reações de comunidades indígenas e entidades indigenistas para traçar uma estratégia para evitar que o presidente interino Michel Temer volte atrás em processos de demarcação de terras.

[+ leia mais](#)

No Amazonas, povo Madija Kulina realiza sua primeira Assembleia Indígena

Amazônia – 01.06.2016

O povo Kulina é um povo numeroso que tem suas aldeias e terras indígenas distribuídas na calha do rio Juruá e também nas margens dos rios Purus e Jutaí. Os Kulina se autodenominam madija e falam a língua própria que pertence à família linguística arawa.

[+ leia mais](#)

Castanhais da Amazônia podem ser herança de ocupação humana do período pré-colonial

Amazônia - 01.06.2016

A castanheira, que fornece as nutritivas castanhas-do-Pará, é uma árvore emblemática para quem mora na Amazônia. No meio da floresta, ela se destaca, podendo chegar a impressionantes 50 metros de altura. Sua dinâmica influencia a vida das populações tradicionais, que coletam as sementes na época do inverno amazônico para consumi-las e comercializá-las.

[+ leia mais](#)



Boletim de Notícias

Brasília, 01 de junho de 2016.

TARAUACÁ: IFAC certifica artesãos em comunidades indígenas através do Pronatec

Blog do Accioly - 01.06.2016

Valorizar e reconhecer os conhecimentos dos povos tradicionais. Com isso em mente, o Instituto Federal do Acre (IFAC) através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ofertou o curso de Artesão de Artigos Indígenas para duas comunidades no interior do Acre neste primeiro semestre de 2016.

[+ leia mais](#)

Audiência pública debate constitucionalidade do decreto quilombola

IHU On-Line - 01.06.2016

A constitucionalidade do Decreto Federal nº 4887/03, que regulamenta o procedimento administrativo de titulação dos territórios quilombolas, foi discutida em audiência pública promovida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), nesta segunda-feira (30).

[+ leia mais](#)